

Igreja e modelos alternativos de família: uma abordagem discursiva de base sistêmico-funcional à luz do subsistema *atitude* da teoria da avaliatividade

Alex Luis dos Santos (CNPq/PIBIC/UFSJ)¹
Narjara Rhayssa Ferreira Duarte²

Resumo: O estudo da avaliatividade — uma abordagem para explorar, descrever e explicar a forma como a linguagem é usada para avaliar, adotar posturas, construir personas textuais e gerenciar posicionamentos interpessoais e relacionamentos — possibilita a compreensão crítica do complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico. Destarte, este artigo apresenta uma análise, com base nesse estudo, do discurso do cardeal Joseph Ratzinger — o papa Bento XVI — que oficializa a posição da Igreja Católica em relação aos modelos alternativos de família. Objetiva-se, então, elaborar uma crítica sobre as implicações decorrentes das escolhas linguísticas que apontam a avaliação do pontífice. A despeito de uma reavaliação da postura ético-teológica a ser adotada em relação à homossexualidade, que alguns estudos têm apontado, o que se percebe por meio principalmente de *juízos* é a resistência a qualquer inclinação para o reconhecimento social das formas alternativas de família.

Palavras-chave: avaliatividade; Bento XVI; homossexualidade.

Abstract: The Appraisal study — an approach to exploring, describing and explaining the way language is used to evaluate, to adopt stances, to construct textual persons and manage interpersonal positionings and relationships- provides a critical understanding of the complex of values, customs, beliefs and practices that constitute the life of a specific group. Thus, this paper presents an analysis, based on this study, the speech of Cardinal Joseph Ratzinger, Pope Benedict XVI, making official the Catholic Church's position in relation to alternative models of family. The objective then is to develop a critique about the implications of linguistic choices that define the evaluation of the pontiff. Despite a reassessment of the ethical and theological stance to be adopted in relation to homosexuality, which some studies have pointed out, what is perceived mainly through *judgments* is resistance to any inclination for social recognition of alternative family forms.

Keywords: Appraisal; Benedict XVI; homosexuality.

Introdução

As questões de direitos dentro dos conflitos sociais entre grupos tendem a se pautar, maiormente, por reivindicações de reconhecimento simbólico e cultural e por reivindicações no âmbito de legislações específicas. É da confluência entre essas duas vindicações, que os modelos alternativos de família se posicionam. Hoje, os grupos sociais

1 Mestrando/bolsista CAPES-DS em Teoria Literária e Crítica da Cultura. Universidade Federal de São João del-Rei. Correio eletrônico: alxlouis@hotmail.com.

2 Graduanda em Psicologia. Universidade Federal de São João del-Rei. Correio eletrônico: narjararhayssa@yahoo.com.br.

estão cada vez mais diferenciados e com uma pauta de reivindicações particulares. Os movimentos das mulheres, dos negros e dos homossexuais, para citar apenas os três mais conhecidos, exigem que a sociedade os reconheça como cidadãos iguais, com iguais direitos de casamento, educação, afeto, trabalho, que os grupos culturais hegemônicos.

Para Fraser (2007), essa luta pelo reconhecimento identitário, ainda que legítima e necessária, favorece a fragmentação e o enfraquecimento do movimento político mais amplo, que almeja combater as formas de exploração e discriminação. Segundo o pesquisador, vigora na atualidade um sentimento de que as questões de distribuição são questões que dizem respeito somente a questões morais e de política econômica, e as questões de reconhecimento dizem respeito somente a questões éticas, de busca de felicidade pessoal.

Nas últimas décadas, muitos países têm articulado normas que coíbem a discriminação explícita contra grupos minoritários, o que tem desencorajado uma série de ações preconceituosas (WITTENBRINK, JUDD & PARK, 1997) Os modelos alternativos de família, nesse contexto, têm sido discutidos tanto em nível institucional, com éditos que deliberam sobre o assunto, quanto nas instâncias menos formais das práticas sociais, como nas conversas cotidianas.

Os estudos historiográficos dão conta que foi no século V que surgiram as primeiras leis que versavam sobre a homossexualidade e a união de casais desse tipo. Estas apenavam os seus praticantes com a castração e fogueira. Segundo Willian Naphy (2004, p. 288), "a igreja católica reprovava a homossexualidade, como mais uma dentre outras atividades sexuais, sendo os mais graves o adultério e o incesto".

Entretanto, o que se postula é que cada época reproduz através da cultura o interesse ideológico do modo de produção e é neste contexto que ocorrem as transformações dos costumes e das ideias que objetivam atender interesses de um determinado grupo social. Assim, o que se tem visto são reconsiderações, principalmente por parte de certas instituições ligadas aos direitos humanos, sobre o homossexualismo que recontextualizam de maneira contestadora a ideia da homossexualidade como um mal.

Indiferente a essas reconsiderações, a Igreja Católica ³/₄ maior expoente entre as consideradas cristãs — rejeita quaisquer iniciativas

legislativas que impliquem uma valorização de modelos alternativos da vida de casal e da família. O papa Bento XVI considera que os referidos modelos alternativos de casamento contribuem para enfraquecer os princípios do direito natural, levando assim a uma relativização da legislação toda e da consciência dos valores da sociedade.

É nesse sentido que este trabalho analisa, à luz da teoria da avaliatividade, o discurso proferido pelo cardeal Joseph Alois Ratzinger —o papa Bento XVI — junto ao embaixador nomeado pela Santa Sé para a República Federal da Alemanha, Walter Fürgen Schmid, que versa sobre a posição da instituição religiosa perante os modelos alternativos de família.

O discurso encontra-se na edição especial e impressa em língua portuguesa de número 38 de setembro de 2010 do *L'Osservatore Romano* — periódico mantido e produzido na Cidade do Vaticano pelos clérigos da Igreja Católica. À *Amministrazione de L'Osservatore Romano* solicitou-se o material que por meio do *Istituto Opere di Religione* tornou possível a aquisição de maneira gratuita.

A Teoria da avaliatividade, vertente de abordagem do discurso utilizada para este trabalho, explora as formas de se realizar uma opinião, ou seja, os elementos linguísticos que expressam os juízos de um falante/escritor, refletindo as normas sociais, valores e engajamentos ideológicos desse mesmo sujeito (MARTIN, 2003). A função mais óbvia da avaliação é dizer o que o usuário da língua pensa ou sente sobre algo. Ao mesmo tempo, ao emitir comentários morais ou percepções do mundo, os escritores/falantes projetam juntos, ou mesmo criam, uma forma particular de julgamento normativo capaz de influenciar diretamente o comportamento social e os papéis sociais das pessoas (MARTIN; WHITE, 2005). Nessa perspectiva, acredita-se que os estudos sobre a avaliação prestam-se ao escrutínio da vida social e cultural, suas práticas e contradições.

O objetivo principal deste artigo, portanto, é produzir uma análise da avaliatividade/valoração no material supracitado, buscando examinar seus mecanismos linguístico-discursivos que sinalizam o significado atitudinal e que possam funcionar ideologicamente e ser reconhecidos como formas simbólicas³ dentro do contexto sócio-

³ Formas simbólicas abarcam, conforme Thompson (1995, p.79) “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos”.

cultural a que pertencem.

Se, conforme Barker & Galasinski (2001, p.4), entender a cultura é “explorar como o significado é produzido simbolicamente através de práticas de significação da linguagem dentro de contextos materiais e institucionais”, acredita-se que empreender uma reflexão sobre os sentimentos e valores linguisticamente assumidos na e pela articulação do significado produzido no discurso mencionado facilite a compreensão dos discursos realizados por sujeitos que têm o poder de falar em nome de outros.

Dentro dos níveis metodológicos nos quais a pesquisa pode se basear, sugeridos por Ikeda e Vian Júnior (2006), o estudo se enquadra na análise léxico-gramatical, visto que são destacados os elementos linguístico-discursivos para realizar a *atitude*. Esta diz respeito aos sentimentos, incluindo reações emocionais, julgamento de comportamento e avaliação de objetos e situações reconhecidos culturalmente.

Halliday (1978) ressalta que, na análise linguística de base sistêmica, é possível a presença de hipóteses interpretativas referentes aos interesses e às motivações que geraram a escolha de um elemento léxico-gramatical em detrimento de outro. Destarte, para o exame da *atitude* adota-se a proposta de Eggins e Slade (1997): (i) identificação dos itens avaliativos; (ii) classificação e resumo dos itens avaliativos; (iii) interpretação dos itens avaliativos dentro de uma conjuntura a que pertencem.

Munido dessa organização metodológica, o texto está dividido em quatro partes. Em um primeiro momento, apresenta-se a relação profícua entre os estudos da avaliatividade e os conceitos de cultura. Na sequência, explicita-se, com maior especificidade, a categoria *atitude*. Logo após, seguem-se as análises, que têm a dupla função de exemplificar o uso de determinadas categorias da teoria em questão e problematizar a escolha de itens avaliativos com suas implicações sociais. Por fim, são apresentadas algumas considerações concludentes sobre os resultados do estudo realizado.

Avaliatividade e a ideia de cultura

A presença da conjunção “e” no título dessa seção pode permitir,

sem que se queira, a distinção que naturalmente aparta a ação de avaliar, de quaisquer interpretações que se tome por crítica da cultura. Entretanto, o que se argumenta é justamente o contrário: o movimento que possibilita relacionar os modos pelos quais as pessoas expressam suas posições, seus comportamentos e suas atitudes perante o que falam (a avaliatividade) é legitimamente uma postura próxima e censora diante do que Eliot (1948, p, 120) anuncia ser, com certa dificuldade e problemática, antes de tudo "o modo de vida de um determinado povo vivendo junto em um certo lugar".

Para Eagleton (2005, p.54), a cultura pode ser aproximadamente resumida como "o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico", e nisso ela assume, mais estreitamente, a avaliação como prática particular e exercício que a permite identificar-se.

Essa perspectiva vincula um conjunto de atividades sociais numa exegese que não se satisfaz com explicações de cunho meramente essencialista, natural, no sentido dado por Kope Soper (1995, p.132-3), ou seja, aquelas "estruturas e processos materiais que são independentes da atividade humana [não são produtos humanamente criados], e cujas forças e poderes causais são a condição necessária de toda prática". Ela defende, entretanto, que a cultura desfaz toda a rusticidade natural e traz os indivíduos para relacionamentos complexos (EAGLETON, 2005).

Estes relacionamentos só podem ocorrer no nível da linguagem, já que esta opera como um elemento primordial para o incremento da coesão dos indivíduos num grupo específico e para sua delimitação com relação aos demais grupos. Por esse ponto de vista "a cultura deve, portanto, ser apreciada como um veículo ou meio pelo qual a relação entre os grupos se efetua" (JAMESON, 1993, p.104) e a linguagem, ainda mais no seu aspecto articulador, como modo imprescindível para à urdidura de um conjunto de classes heterogêneas.

O que se advoga com isso é a compreensão de que a relação entre a linguagem, enquanto maneira de posicionar-se, de avaliar, e a sociedade deve ser pensada dialeticamente, à medida que essa linguagem é tanto controlada por forças socioculturais quanto constitui, de forma transformativa ou reprodutiva, regras e convenções subjacentes às práticas humanas. Destarte, o ponto de partida de qualquer

mapeamento de marcas discursivas deixadas pelos processos sociais de produção de sentido, sendo consoante Pinto (2002, p.26), “sempre produtos culturais empíricos produzidos por eventos comunicacionais”, será o texto, quer quanto ao uso da linguagem verbal, quer quanto ao uso de outras semióticas.

Para Halliday e Hasan (1994), a linguagem é vista como um recurso para dar significado às coisas e envolve os processos pelos quais os seres humanos negociam, constroem e modificam a natureza da experiência social. Por ser carregada de significado, a linguagem incorpora ideologias, valores e diferenças culturais dentro de uma determinada sociedade. Desse princípio emerge o *Sistema de avaliatividade* como um sistema de recursos interpessoais à disposição dos sujeitos-falantes para que se posicionem em relação ao que expressam culturalmente (leis e valores, por exemplo).

Os estudos sobre a avaliação na linguagem remontam ao final da década de 1970 e início da década de 1980, principalmente a partir dos trabalhos de Labov (1972, 1982, 1984, 1997) sobre avaliação e intensidade em narrativas. Consubstanciado fundamentalmente em Martin e White (2005), mas também apresentada em autores anteriores como Eggins e Slade (1997) e em White (2004a; 2004b), a abordagem postula, e nisso corrobora a ideia defendida, que fatores como afeto, contato social, crenças, representações, valores, elementos culturais e tantos outros interpenetram a avaliatividade. Nesse sentido, White (2004) expõe: “appraisal framework ³/₄ an approach to exploring, describing and explaining the way language is used to evaluate, to adopt stances, to construct textual persons and manage interpersonal positionings and relationships”⁴.

Em *The Idea of a Christian Society*, Eliot (1940, p.30) observa que “o comportamento tem tanto potencial de afetar a crença como a crença de afetar o comportamento”, destarte, a cultura como conduta é o que entrincheira no cotidiano das pessoas um conjunto de crenças forjadas por alguns. Esse pensamento está igualmente previsto no trabalho de White (2004a), para quem todos os julgamentos traduzem a maneira pela qual as pessoas fazem avaliações sobre moralidade, legalidade, capacidade, normalidade, sempre determinados pela cultura

4 “uma abordagem para explorar, descrever e explicar a forma como a linguagem é usada para avaliar, adotar posturas, construir personas textuais e gerenciar posicionamentos interpessoais e relacionamentos”.

na qual vivem e pelas experiências, expectativas, pretensões e crenças individuais moldadas por uma situação ideológica. Nessa perspectiva, o julgamento tem a ver com questões de ética, uma análise normativa do comportamento humano baseada em regras ou convenções de comportamento.

Entendendo o subsistema atitude dentro do sistema da avaliatividade

A atitude é um dos subsistemas do sistema de avaliatividade que é responsável pela expressão linguística das avaliações positivas e negativas, abrangendo três regiões semânticas: a emoção, a ética e a estética.

Martin (2000) ressalta que a avaliatividade é um sistema de significados interpessoais; um recurso semântico usado para negociar emoções, julgamentos e avaliações. Painter (2003) ressalta que esse sistema acontece no discurso por volta da idade de um ano e meio através das primeiras palavras da criança, o que Halliday (1975) chama de protolíngua.

Nesse sistema, a *atitude* ocupa um lugar central. Ela revela os tipos e os níveis em que a avaliatividade é desenvolvida e expressa no discurso. Segundo Martin (2003, p.25), os sentidos atitudinais estão divididos em três tipos que correspondem às três regiões semânticas já aduzidas: afeto, julgamento e apreciação.

O *afeto* é um recurso semântico para construir emoções. Ele diz respeito à emoção, isto é, a uma avaliação pautada nos sentimentos dos falantes indicando como eles se comportam emocionalmente, em relação às pessoas, às coisas, aos objetos e aos acontecimentos (ALMEIDA, 2010, p.45). O afeto agrupa as emoções em três conjuntos: (a) in/felicidade - diz respeito a emoções relacionadas ao coração, como tristeza, ódio e amor; (b) in/segurança - cobre emoções relacionadas ao bem-estar social, como ansiedade e confiança; (c) in/satisfação - abrange emoções ligadas aos objetivos realizados, como tédio e curiosidade.

O *julgamento* serve, conforme esclarece Martin (1995), para avaliar o comportamento das pessoas. Para Martin (2000), a atitude de julgamento pode ser entendida como uma institucionalização do

sentimento, ou seja, normas de comportamento que direcionam as pessoas como devem ou não agir. Nesse campo, o comportamento é avaliado segundo os critérios de normalidade, capacidade, tenacidade, veracidade e propriedade.

Por fim, a terceira e última categoria semântica da *atitude* é a *apreciação*. Através dela expressam-se avaliações sobre coisas, objetos e fenômenos. Eggins e Slade (1997) afirmam que a apreciação abrange as reações dos falantes e as avaliações da realidade. Esse tipo de atitude é considerado como um dos maiores recursos atitudinais disponíveis, uma vez que se refere à maneira pela qual os falantes avaliam o texto (oral ou escrito) ou o processo (fenômeno). Martin e White (2005) subdividem a apreciação em reação — como as coisas captam a atenção das pessoas —, composição — que se refere às percepções de proporcionalidade e detalhe dos objetos — e valoração — que tem a ver com as avaliações da significação social do objeto. Para sua identificação pergunta-se: isso valeu a pena?

Exposição e discussão dos dados: Maneiras que se realiza a *atitude*

Essa seção busca estabelecer relações entre todas as escolhas semanticamente relevantes, a entender, aquelas potencialmente avaliativas, articuladas discursivamente, focalizando as formas dessas escolhas. Com isso, é possível chegar a questões do ponto de vista cultural que insinuem razões pelas quais o pontífice escolhe determinados itens, linguisticamente censores, dentre os tantos disponíveis na língua para construir o seu discurso que recontextualiza os modelos alternativos de família.

Nisso, constata-se, logo, a identificação do pontífice como sujeito discursivo que experiencia as emoções no discurso. Martin e White (2005) chamam o participante consciente, cuja atitude é projetada no discurso, de *emoter*. Nessa condição, Bento XVI assume inteiramente a responsabilidade pelo ato avaliativo. Quando o sujeito discursivo diz o que outra pessoa sente, funcionando como última fonte de avaliação, recebe a rubrica de *appraiser*, ou avaliador adicional.

Assim, as especificações analíticas dos artifícios avaliativos que sustentam a *atitude* desse *emoter* dão conta de que as avaliações

inscritas no discurso do pontífice se realizam, numa proporção quase semelhante, por epítetos, adjuntos de circunstância, processos e metáforas gramaticais.

Os epítetos acrescentam qualidades e podem ser do tipo experiencial ou atitudinal. Ao indicar uma qualidade, o epíteto refere-se à propriedade objetiva do objeto ou a uma expressão de atitude subjetiva do pontífice em relação ao mesmo objeto, maiormente, os modelos alternativos de família. Thompson (1996) afirma que o epíteto abrange um ou mais adjetivos que respondem a pergunta: O que você acha sobre isso? Destarte, Bento XVI responde ao questionamento, que no exemplo que se mostra em (A), tem como objeto avaliado a possível existência de um deus não cristão:

(A) Ao contrário, muitos homens mostram sobretudo uma inclinação para concepções religiosas mais permissivas também para si mesmos. No lugar do Deus pessoal do cristianismo, que se revela na Bíblia, colocam um ser supremo, misterioso e indeterminado, que tem apenas uma vaga relação com a vida pessoal do ser humano.

O juízo que se faz em (A) parece, conforme esclarecem Boehner e Gilson (2000, p.15), a síntese de toda a religião e teologia cristã ocidental, para quem "o Deus cristão é Criador, Primeiro Princípio e origem de todo ser. Todos os seres criados dependem dele e só existem por Ele (...)". O pontífice, assim, refuta a coadunação do Deus cristão, a quem julga pessoal, com a existência de um outro ineficaz ao homem e que consentiria, com toda a permissividade, a união de casais homossexuais.

A negação do "outro", exigência necessária para a identificação do "eu" na relação com o "nós" e o "meu Deus", faz com que a intolerância religiosa e política coexistam, em maior ou menor grau e a depender do contexto histórico e social, com manifestações de tolerância e aceitação da diversidade. Para Silva (2010, p.47), "esta tensão é própria da guerra dos deuses e da necessidade de O Deus consolidar sua vitória e se tornar O Único. Ela está nas origens do monoteísmo".

Já os adjuntos de circunstâncias são utilizados para descrever como as ações, os valores ou os acontecimentos são realizados linguisticamente no discurso. O pontífice os aciona para inscrever

sua satisfação, com ressalvas, diante da conjuntura social livre e democrática. Assim, aparece:

(B) Hoje, felizmente, vivemos numa sociedade livre e democrática. Mas ao mesmo tempo observamos, que com frequência muitos dos nossos contemporâneos não têm um forte apego à religião, como no caso destas testemunhas da fé.

A questão da razoabilidade que se espera dos grupos sociais, entre os quais, aqueles que se professam católicos, na aceitação e condução do jogo democrático, é evocada quando o pontífice manifesta sua felicidade em relação à sociedade livre, todavia, advoga a necessidade daqueles que a pertencem de se engajarem em práticas religiosas. Transferindo essa questão para o plano religioso, ela diz respeito à aceitação, por parte dos grupos existentes, sejam eles minoritários ou não, das regras estabelecidas no Estado democrático de direito. A negação ou a falta da crença na existência de Deus, embora legítima dentro das condições as quais são bem vistas pelo pontífice, é repudiada pelo mesmo, enquanto prática não recomendável.

As avaliações, sejam positivas, sejam negativas, por meio de processos (elementos verbais), constituem o terceiro modo com que são feitas as opiniões do papa Bento XVI. Thompson (1996) acredita que a investigação desses elementos deve ir além do que simplesmente sua identificação, já que, através das escolhas dos processos, é possível suspeitar o papel dos participantes no discurso. Desse modo, o pontífice lança mão desse recurso a fim de legitimar sua posição de autoridade e seu não contentamento com os modelos alternativos da vida de casal e da família:

(C) Contemporaneamente, devemos estar conscientes de que o bom êxito dos matrimônios depende de todos nós e da cultura pessoal de cada cidadão.

(D) Nesse sentido, a Igreja não pode aprovar iniciativas legislativas que impliquem uma valorização de modelos alternativos da vida de casal e da família.

Os verbos modais “devemos” (exemplo C) e “pode” (exemplo D) são formas deônticas que ratificam a autoridade e legitimidade socialmente estabelecida de Bento XVI para opinar sobre os padrões moralmente aceitáveis de família. Essas formas têm tipicamente origem

em normas morais ou sociais, numa pessoa com autoridade, ou em alguma 'compulsão interna'. As origens da modalidade deôntica podem ser, portanto, externas ou internas ao sujeito obrigado, autorizado ou aconselhado a fazer algo. É a "linguagem como ação" (TRAUGOTT; DASHER, 2005, p.114).

Por fim, a metáfora gramatical compõe essa lista de formas pelas quais o pontífice realiza a *atitude*. Essa maneira tem sido tratada como uma estratégia de construção simbólica dentro de um dos modos gerais de operação da ideologia elencados por Thompson (1995), cuja rubrica é *reificação*. Assim, uma situação transitória é representada como permanente, ocultando seu caráter sócio-histórico, o que potencializa o apagamento de atores e ações, representando processos como entidades. Isso ocorre em (E).

(E) Elas [iniciativas legislativas] contribuem para o enfraquecimento dos princípios do direito natural e, desta forma, para a relativização de toda a legislação e também para a confusão acerca dos valores n a sociedade.

Os princípios do direito natural estão consubstanciados nas leis que defendem a dignidade da pessoa humana. Se se entender que a dignidade da pessoa humana deve prevalecer em face da análise jurídica e de análise religiosa, também não custa acrescentar que, na experiência histórico-cultural, e assim é o direito, os princípios da pessoa humana sempre foram históricos, contingenciais, no sentido que foram e são interpretados conforme valores situados no tempo.

Ao situar esses princípios num estado de enfraquecimento, colocar as discussões sobre a (Ir)regularidade dos modelos alternativos de família sob a posição de relativização, que pode ser lido como "afrouxamento", e julgar esse momento como uma confusão acerca dos valores na sociedade, Bento XVI recusa o movimento de atualização dos mesmos princípios e nega a historicidade dos valores que os regem.

Prandi (2008) acredita que a igreja católica tem deixado de se interessar pelos avanços que podem ser observados na cultura em termos de favorecimento de segmentos importantes da população. O autor ainda julga que, com isso, o catolicismo mostra-se desatualizado, intransigente, incapaz de acompanhar os tempos atuais e de servir, assim, como intérprete e "farol". A Igreja passa a ser vista por

segmentos da sociedade atualizados e atuantes em termos culturais como inimiga, como agente contrário a aspectos por eles considerados decisivos da mudança sociocultural conquistada e a conquistar sem mediação religiosa.

Tipos e subtipos de atitude: problematizando as maneiras supra abordadas

Como já mencionado, a atitude ocupa um lugar central no processo avaliativo, já que expõe os tipos e os níveis em que a avaliabilidade é desenvolvida e expressa no discurso. O que importa na exposição desses tipos não é a mera categorização dos itens linguísticos que são assumidos para o investimento da opinião do sujeito, mas como funcionam estrategicamente para marcar relações de poder e construir discursivamente critérios para valorização e depreciação dos objetos, dos comportamentos e das emoções.

Os elementos léxico-gramaticais capazes de imprimir a atitude do pontífice têm a ver, frequentemente, com questões de ética — logo, trata-se de *julgamentos* — e de estética, ou seja, avaliações sobre coisas, objetos e fenômenos (a *apreciação*). O gráfico 1 isso confirma ao resumir em valores percentualmente aproximados⁵ o cômputo desses elementos no discurso do papa.

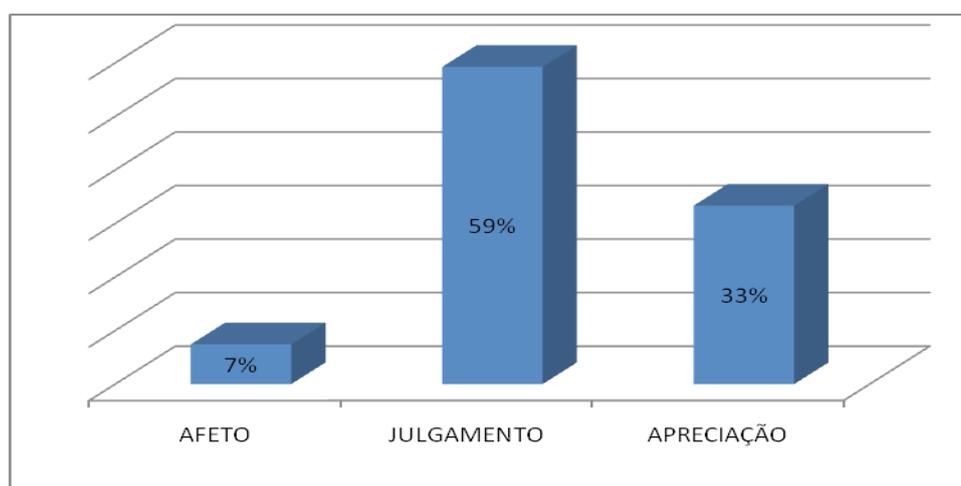


Gráfico 1: Cômputo dos tipos de *atitude*

Ikeda (2006) lembra que o *julgamento* e a *apreciação*, mais recorrentes, são organizados para socializar os indivíduos em

⁵ Foram desconsiderados os valores decimais para maior clareza na exposição dos dados.

comunidades com sentimentos organizados, o que serve de igual maneira para estrategicamente distinguir essas mesmas comunidades, ou grupos sociais, pelo modo como assimilam ou julgam ser melhor, conveniente ou correto, o comportamento das pessoas (*juízo*) e pela maneira como concebem os objetos que rodeiam as mesmas (*apreciação*).

Isso significa que, ao balizar o quanto as pessoas se aproximam das expectativas e exigências sociais, deliberadas institucionalmente pelo estado e pela igreja — desta emerge o *emoter* —ou criticar como positivo ou negativo quaisquer objetos apreciados, Bento XVI jurisdiciona, pela legitimidade socialmente atribuída ao pontificado, quem (*juízo*) e o que (*apreciação*) deve ser estimado, enquanto criaturas de Deus.

A legitimidade do poder papal em ajuizar a conduta das pessoas subtende-se especificamente nos julgamentos engendrados sobre os modelos de família, parte consequentemente, conforme Oliveira (2009, p.105), da aquisição de dois outros poderes: um, adquirido por “direito divino” e imediatamente de Cristo, como o de ensinar, o de exigir coisas temporais e o poder de ordem; outro recebido de Cristo, mas por intermédio do homem, por “direito humano”. A explicação sobre essas prerrogativas do pontificado está ainda estendida nas palavras de Goldman (1995, p.641):

Considere que o poder papal é ilimitado, não podendo ser avaliado quanto ao peso, número ou medida e que o papa não é somente considerado como sucessor de Pedro, mas vigário de Cristo e vigário de Deus sobre a terra, ou seja, seu legítimo representante sobre a terra. (...) **O papa é identificado como homem espiritual que julga todos** [*juízo*], **todas as coisas**, [*apreciação*] mas ele mesmo não é julgado por ninguém, e que pela regra espiritual era senhor dos reis terrenos. (grifo nosso)

A propriedade para principalmente o ajuizamento das coisas e das pessoas deve, então, a uma explicação de cunho genealógico do magistério eclesiástico⁶. Esse ajuizamento caracteriza-se, sobretudo, por critérios de *juízos*, 59,25%, que põem em questão a *normalidade*, a *capacidade*, a *tenacidade* (valores relacionados à estima

⁶ Com o termo “magistério eclesiástico” se entende falar do que os Papas e os organismos que com eles cooperam no Vaticano ensinam a respeito de matérias ligadas à fé e aos costumes católicos.

social⁷) e a *propriedade* das pessoas julgadas.

Martin (2000) desenvolveu a atitude de julgamento levando em consideração o sistema dos quatro tipos de modalidade propostas por Halliday e Mathiessen (2004), a saber, probabilidade, frequência, obrigação e inclinação. White (2004a) enfatiza que os subtipos de julgamento podem ser vistos como uma lexicalização de uma das categorias da modalidade nas seguintes proporções: normalidade = usualidade, capacidade = habilidade, tenacidade = inclinação, veracidade = probabilidade, e propriedade = obrigação.

A relevância desse conhecimento para a observação da postura discursiva de Bento XVI encontra-se mais precisa a partir da verificação de que 43,75% (quase a metade) das formas linguisticamente inscritas para o julgamento referem-se a cônjuges hetéros cristãos, variando entre normalidade, tenacidade e propriedade positivas.

Assim, ao reportar o comportamento dos casais hetéros cristãos como especial e distinto, essa é segundo Martin (2000) a função básica dos julgamentos de normalidade, o pontífice apresenta, conforme os exemplos (F) e (G), as qualidades comportamentais que pertencem ao homem e à mulher cristãos (a convicção e a maturidade sobre as coisas de Deus), e conseqüentemente, os critérios pelos quais os modelos alternativos de família, em outros termos os homossexuais, devem ser estigmatizados.

(F) Ao contrário, se Deus é uma pessoa- e a ordem criatural, assim como a presença de tantos cristãos convictos na sociedade, é disto um indício- origina uma ordem de valores legitimadas.

(G) Por isso é necessária uma certa maturidade da pessoa e uma fundamental atitude existencial e social: uma cultura da pessoa como disse certa vez o meu predecessor João Paulo II.

A convicção e a maturidade referidas subsumem uma postura admirável dos cristãos e própria dos casais católicos. Nesse ponto de vista, ser maduro e convicto significa uma atitude firme e inflexível em relação ao reconhecimento legislativo e de toda a sociedade em geral dos direitos dos casais homossexuais.

⁷ O julgamento de estima social envolve admiração e crítica sem implicações legais, enquanto que o de sanção social implica elogio e condenação, geralmente com implicações legais. Martin (2000, p.156) esclarece que estima social e sanção social estão relacionados à posição institucional de quem avalia. Logo, é quem avalia que possui o respaldo, dependendo do lugar que ocupa, para julgar as outras pessoas positivamente ou negativamente.

Ainda nesse sentido, a certeza adquirida, ou convicção, para uma ação ou movimento de resistência a uma conjuntura sócio-cultural que tem previsto a legalidade dos modelos alternativos de família deve estar acompanhada de uma inclinação, nos termos da avaliatividade, da *tenacidade*, que se traduz no discurso do pontífice como sendo uma atitude existencial e social.

A *tenacidade*, para White (2004), aponta para o quão resolutas as pessoas são. Qualificam positivamente por meio dessa categoria os adjetivadores básicos: audaz, decidido, resistente e expedito. Destarte, a determinação ou a força que se opõe a outra é apontada pelo cardeal Joseph Ratzinger como a que possibilitará aos casais cristãos héteros a afirmação de seus valores consagrados pela igreja e consentidos pelo Deus pessoal e cristão.

Tais valores são enfatizados como presentes no costume dos casais cristãos através de *juízos de propriedade*. Essa categoria abarca, conforme o exemplo (H) as qualidades de certo e errado e diz respeito ao comportamento legal de um ator social, ou seja, questiona-se o quão ético é esse ator (MARTIN; WHITE, 2005).

(H) Nessa situação os cristãos têm contudo a tarefa de seguir este desenvolvimento de modo positivo e crítico, assim como de apurar os sentidos para a importância fundamental e permanente do cristianismo aos lançar as bases e formar as estruturas da nossa cultura.

Foucault (2000) entende que, ao se avaliar o comportamento das pessoas por meio de um pensamento sobre o campo da ética (as avaliações de *propriedade* têm essa natureza), o que se exerce são práticas de dominação e práticas de liberdade. Desse modo, o pontífice recontextualiza a liberdade cristã, para a qual o que extrapola seus limites será visto como libertinagem. Os cristãos, então, devem permanecer “positivos”, ou seja, dentro dos parâmetros éticos que definem a liberdade cristã católica, para não se deixarem envolver ou persuadir por tendências (leiam-se as novas legislações que deliberam sobre os modelos alternativos de família) que desafiam os paradigmas da igreja.

Considerações finais

Assim como o conhecimento social sobre os modelos alternativos

de família é inevitavelmente parcial, até porque as discussões sobre eles caminham em estágios diferentes no mundo, a análise sócio-discursiva que recupere a conjuntura mais atualizada acerca dessas mesmas discussões é inevitavelmente seletiva. Desse modo, escolheu-se responder determinadas incitações que emergiam do discurso de Bento XVI sobre eventos sociais e textos nele envolvido e com isso abriu-se mão de outras questões possíveis. A escolha das questões a serem respondidas denuncia necessariamente as motivações particulares da análise traçadas na seção introdutória desse artigo, visto que delas derivam.

Diante da tentativa de articulação promovida entre um arcabouço multiteórico, que estima diversos trabalhos relacionados principalmente ao homossexualismo e à posição da igreja católica acerca de certas questões ao longo da história, tomam-se como necessárias algumas considerações que destaquem a coesão de toda a discussão realizada. Por fundamentar-se em constatações intrinsecamente linguísticas do ponto de vista estrutural, essas considerações não tendem a entregar-se a explicações redutoras e abstratas dos artefatos textuais que apontam a avaliação no discurso do pontífice.

Assim sendo, inicialmente notifica-se que a opinião do papa sobre os modelos alternativos de família e sobre a conduta dos casais cristãos, diante principalmente das legislações que têm favorecido à união cível de homossexuais, é realizada por meio de epítetos, adjuntos de circunstâncias, processos e metáforas gramaticais.

Essas formas de se expressar uma opinião consolidam a síntese de toda a religião e teologia cristã ocidental, para quem o Deus cristão é único, este não podendo admitir a prática homossexual, logo, os modelos alternativos de família. Destarte, o pontífice mostra-se inflexível e aconselha tal postura aos cristãos católicos diante das deliberações parlamentares, que promoveriam uma confusão acerca dos valores na sociedade ao aprovarem leis que valorizam a união de casais não héteros.

Os elementos léxico-gramaticais capazes de imprimir essas atitudes discursivas do pontífice têm a ver, dentro das categorias da avaliatividade, com questões de ética ³/₄ logo, trata-se de *juulgamentos* ³/₄ e de estética, ou seja, avaliações sobre coisas, objetos e fenômenos (*a apreciação*). Assim como o julgamento, a apreciação, utilizada para

socializar os indivíduos em comunidades com sentimentos organizados, é recorrida a fim de legitimar o poder de o papa ajuizar sobre o que é certo ou errado na postura e prática social das pessoas. O papa é identificado como homem espiritual capaz de julgar todos e todas as coisas, com o consentimento dos demais homens e de Deus.

Os *juízos* — categoria avaliativa mais recorrente para a realização dos juízos do pontífice — referem-se, frequentemente, a conjuges heteros cristãos, variando entre *normalidade*, *tenacidade* e *propriedade* positivas. Por essas categorias, o papa ressalta as qualidades comportamentais dos que agem segundo a fé cristã católica e determina a resistência a qualquer inclinação para o reconhecimento social das formas alternativas de família.

Por mais que haja dissidentes e vozes isoladas dentro e de fora da Igreja, protestos e reclamações acadêmicas ou não, menos ou mais indignadas que sejam, a posição oficial da igreja católica sobre o tema da homossexualidade, em que alicerça os modelos alternativos de família, tem sido imutável, e isso confirma esse trabalho, ao longo dos séculos e vem sintetizada nos sucessivos catecismos e documentos oficiais que edita, de forma irrepreensível.

Há, porém, estudos (e.g. VALLE, 2006) que acreditam que a nova percepção do problema tende a levar a uma reavaliação da postura ético-teológica a ser adotada em relação à homossexualidade e, conseqüentemente, aos modelos alternativos de família. O estágio atual dessa reavaliação está longe de ter chegado a resultados conclusivos. Constatam-se aberturas ao lado de retornos a fechamentos. Valorizam-se conceitos antes não aplicados à discussão (por exemplo, o da pessoa humana em sua dignidade e direitos como cidadão e como cristão⁸). A avaliatividade no discurso de Bento XVI mostra, contudo, uma postura que busca defender e preservar os valores institucionalizados para a família que julga ameaçada pelo que considera uma atual onda de permissividade sexual.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, F. P. **A avaliação na linguagem** - os elementos de atitude no discurso do professor. São Carlos: Pedro & João editores, 2010.

BARKER, C; GALASINSKI, D. Language, Discourse, Culture. In: **Cultural Studies and Discourse Analysis: a dialogue on language and identity**. London/Thousand Oaks/New Delhi: SAGE Publications, 2001. p. 1-27.

⁸ Essa discussão foi percebida e abordada no trabalho.

BOEHNER, P; GILSON, E. **História da Filosofia Cristã**: Desde as Origens até Nicolau de Cusa. 7a ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2000.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

EGGINS, S; SLADE, D. **Analysing casual conversation**. London: Cassell, 1997.

ELIOT, T. S. **The idea of a Christian society**. New York: Harcourt, 1940.

ELIOT, T. S. **Notes towards the definition of culture**. Londres: Faber, 1948.

FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Coleção Ditos e Escritos).

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? Trad. Ana C. F. Lima e Mariana P. Fraga Assis. In: **Lua Nova**, 70. São Paulo, 2007. P. 101-138.

GOLDMAN, C. P. "A racionalização do conflito Império x Papado no final do século XIII". In: **Veritas**, Porto Alegre, v. 40, n.159, Set. 1995, p.639-642.

HALLIDAY, M. A.K. **Learning how to mean – Explorations in the Development of Language**. London: Edward Arnold. 1975.

HALLIDAY, M.A.K. **Language as social semiotic**: The social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. **Language, Context and Text**: Aspects of Language in a social-semiotic perspective. Oxford University Press. 1989/1994.

IKEDA, S. N. A crypto-argumentação e construção do discurso estratégico. **Estudos linguísticos XXXV**, 2006, p.1877-1886.

IKEDA, S; VIAN JR, O. A análise do discurso pela perspectiva sistêmico-funcional. In: LEFFA, V. **Pesquisa em linguística aplicada**- temas e métodos. Pelotas: Eucat, 2006.

JAMESON, F. On "Cultural Studies". In: **Social Text**. n. 34, 1993. p. 17-52.

MARTIN, J. R. Beyond Exchange: Appraisal system in English. In: HUSTON, S; THOMPSON, G. **Evaluation in text**: authorial stance and the construction of discourse. Oxford: Oxford University Press. 2000, p.142-175.

MARTIN, J. R. Instantiating Appraisal: key and stance. In: **Paper at Systemic Functional Linguistics Association Conference**. Adelaide, 2003.

MARTIN, J; WHITE, P. **The language of evaluation**: Appraisal in English. London: Palgrave Macmillan. 2005.

NAPH, W. **Born to be gay**: a history of homosexuality. Stroud: Tempus, 2004.

L'OSSERVATORE ROMANO. Cidade do Vaticano, edição 2126, ano XLI, n. 38, 18 set. 2010. Edição especial.

OLIVEIRA, A. C. As idéias políticas de Guilherme Ockham no Brevilóquio sobre o principado tirânico. In: **Prometeus Filosofia em Revista**. Ano 2 - no.4 Julho-Dezembro. 2009, p. 103-109.

ORTNER, S. B. Introduction. In: ORTNER, S. B. (Ed.). **The Fate of 'Culture'**: Geertz and beyond. Berkeley: University of California Press, 1999b. Berkeley: University of California Press. p. 1-13.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PRANDI, R. Converter indivíduos, mudar culturas. In: **Tempo Social**, v. 20, n. 2, São Paulo: FFLCH/USP, 2008, p.155-172.

SILVA, A O . Monoteísmo e intolerância religiosa e política. In: **Protestantismo em revista**. São Leopoldo: EST, 2010, p.47-54.

SOPER, K. **What is nature?** Cambridge: Blackwell. 1995.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, G.. **Introducing functional grammar**. England: Arnold, 1996. TRAUGOTT, E; DASHER, R, B. The development of modal verbs. In.: **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge U.P., 2005, p. 105-151.

VALLE, E. A igreja católica ante a homossexualidade: ênfases e deslocamentos de posições. In: **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo: PUC/SP, 2006, p.153-185.

WHITE, P. Valoração: a linguagem da avaliação e da perspectiva. In: **Linguagem e discurso**: análise crítica do discurso. V.4, número especial. 2004a, p.177-205.

WHITE, P. Language of attitude, arguability and interpersonal positioning. **The appraisal website**: homepage. 2004. Disponível em <http://www.grammatics.com/appraisal>. Acesso em 18/10/2011.

WITTENBRINK, B; JUDD, C; PARK, B. Evidence for racial prejudice at the implicit level and its relationship with questionnaire measures. **Journal of Personality and Social Psychology**, 1997. p. 262-274.

Recebido em 10 de novembro de 2011.

Aprovado em 17 de março de 2012.